

Brasília, 7 de Junho de 2011.

**NOTA PÚBLICA do Conselho Federal de Serviço Social**  
**PELA LIBERAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO KIT EDUCATIVO**  
**ESCOLA SEM HOMOFOBIA**

É no mínimo incoerente que, no contexto do 17 de maio – Dia Mundial de Luta contra a homofobia/lesbofobia/transfobia, e da convocação, pelo Governo Federal, da II Conferência Nacional LGBT (que se realizará em dezembro de 2011) que tenhamos presenciado o veto da presidenta Dilma Rousseff ao kit de ferramentas pedagógicas do *Projeto Escola Sem Homofobia*. A incoerência soma-se à surpresa, sobretudo quando é de domínio público que este material está em sintonia com o Programa Brasil Sem Homofobia e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos e de LGBT, que são resultados da luta histórica do movimento LGBT brasileiro em articulação com o Governo Federal desde 2004.

Causa mais estranheza quando sabemos que O Projeto Escola sem Homofobia foi financiado pelo Ministério da Educação, através de recursos aprovados por Emenda Parlamentar da Comissão de Legislação Participativa, e foi uma ação colaborativa de âmbito nacional idealizada e implementada por organizações da sociedade civil, contando com a orientação técnica da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD – do Ministério da Educação.

Não é demais lembrar que assim como o sexismo e o racismo, a homofobia/lesbofobia/transfobia ainda é institucionalizada por meio das leis, meios de comunicação social, religiões fundamentalistas, família, escola, trabalho, algumas práticas no âmbito do poder público etc. Isso se reproduz de forma naturalizada, porque estamos em uma sociabilidade que impõe a heterossexualidade como padrão,

portanto, obrigação e norma. Como resultado do heterossexismo, a homofobia/lesbofobia/transfobia provoca atitudes de medo, repulsa, intolerância, violência psicológica e física a pessoas que afirmam uma orientação sexual e uma identidade de gênero diferentes, respectivamente, do padrão heterossexista e da identidade de gênero binária (masculino ou feminino).

Atualmente, nas escolas, esta expressão da violência vem se reproduzindo por meio das várias expressões de homofobia que vão desde situações vexatórias e outras formas de opressão, causando a milhares de crianças, adolescentes e jovens inúmeras formas de sofrimento, que podem se desdobrar, dentre outros, em evasão escolar, depressão e suicídio.

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) vem a público manifestar o compromisso ético-político dos/as assistentes sociais brasileiros/as com a liberdade, a defesa intransigente dos direitos humanos e o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, a participação dos grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças e, portanto, somar-se às várias manifestações dos movimentos sociais contra este veto.

EXIGIMOS que o governo da Presidenta Dilma não retroceda a importantes avanços no âmbito dos direitos humanos, conquistados arduamente pelos movimentos sociais, não rebaixando a agenda política em virtude de ameaças fundamentalistas dos setores religiosos.

REINVIDICAMOS a liberação do material pedagógico com a totalidade de seu conteúdo, já minuciosamente analisado e aprovado por distintas organizações: Ministério da Justiça, Conselho Federal de Psicologia, UNESCO e UNAIDS, União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e teve uma moção de apoio aprovada pela Conferência Nacional de Educação.



**Conselho Federal de Serviço Social – CFESS**  
**Gestão Tempo de Luta e Resistência – 2011/2014**